



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NUMERO — 8\$00

Assinaturas	Anual			Semestral		
	Assina-tura	Correio	Total	Assina-tura	Correio	Total
<i>Diário da República :</i>						
Completa .....	7 500\$00	2 300\$00	9 800\$00	4 200\$00	1 150\$00	5 350\$00
1.ª, 2.ª ou 3.ª séries .....	3 000\$00	1 200\$00	4 200\$00	1 700\$00	600\$00	2 300\$00
Duas séries diferentes .....	5 000\$00	1 800\$00	6 800\$00	2 700\$00	900\$00	3 600\$00
Apêndices .....	2 500\$00	200\$00	2 700\$00	-	-	-
<i>Diário da Assembleia da República .....</i>	2 300\$00	900\$00	3 200\$00	-	-	-
<i>Compilação dos Sumários do Diário da República</i>	1 200\$00	100\$00	1 300\$00	-	-	-

1 — A assinatura semestral terá início em 1 de Janeiro ou em 1 de Julho.  
 2 — Preço de página para venda avulso, 2\$; preço por linha de anúncio, 45\$.  
 3 — Para os novos assinantes do «Diário da Assembleia da República», o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex.

## SUMÁRIO

### Ministério dos Negócios Estrangeiros:

#### Aviso:

Torna público o Acordo entre os Governos da República Portuguesa e da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira, autorizado pela Lei n.º 30/82, de 22 de Dezembro.

### Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas:

#### Despacho Normativo n.º 71/83:

Estabelece incentivos na produção e os preços de garantia do milho e sorgo na campanha de 1983.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

### Aviso

Por ordem superior se torna público ter sido concluído em Lisboa, em 4 de Fevereiro de 1983, um Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira, autorizado pela Lei n.º 30/82, de 22 de Dezembro, cujos textos em português e alemão acompanham o presente aviso.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 28 de Fevereiro de 1983. — O Adjunto do Director-Geral, António Guilherme Lopes de Oliveira Cascais.

### Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira.

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federal da Alemanha, dentro do espírito das relações amistosas existentes entre a República Portuguesa e a República Federal da Alemanha, no desejo de consolidar e intensificar tais relações amistosas através de uma cooperação financeira iguali-

tária, conscientes de que a manutenção destas relações constitui o fundamento do presente Acordo, no intuito de promover o desenvolvimento social e económico na República Portuguesa, acordaram no seguinte:

### Artigo 1

1 — O Governo da República Federal da Alemanha possibilitará ao Governo da República Portuguesa, e ou a outros mutuários a serem escolhidos conjuntamente por ambos os Governos, contrair empréstimos até um montante total de 100 milhões de marcos alemães junto do Kreditanstalt für Wiederaufbau (Instituto de Crédito para a Reconstrução), Francoforte do Meno.

2 — Os empréstimos destinam-se ao financiamento dos seguintes projectos, se estes, depois de examinados, forem considerados dignos de promoção:

- a) Até 40 milhões de marcos alemães para o financiamento da continuação do desenvolvimento do projecto de defesa contra cheias e irrigação do rio Mondego;
- b) Até 27 milhões de marcos alemães para o financiamento de medidas infra-estruturais municipais através da Caixa Geral de Depósitos;
- c) Até 15 milhões de marcos alemães para o financiamento da continuação do desenvolvimento do porto pesqueiro da Figueira da Foz;
- d) Até 15 milhões de marcos alemães para o financiamento do sistema de abastecimento de água potável ao sotavento algarvio;
- e) Até 3 milhões de marcos alemães para o financiamento de estudos de viabilidade.

3 — Os projectos mencionados no n.º 2 poderão ser substituídos por outros projectos, por comum acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federal da Alemanha.

### Artigo 2

1 — A utilização dos empréstimos mencionados no artigo 1, bem como as condições da sua concessão, serão reguladas pelos contratos a celebrar entre o Kreditan-

stalt für Wiederaufbau e os beneficiários dos empréstimos, contratos estes que ficarão sujeitos às disposições legais vigentes na República Federal da Alemanha.

2 — O Governo da República Portuguesa, desde que não seja ele próprio o mutuário, garantirá ao Kreditanstalt für Wiederaufbau todos os pagamentos em marcos alemães a efectuar em cumprimento dos compromissos dos mutuários, decorrentes dos contratos a celebrar nos termos do n.º 1.

### Artigo 3

O Governo da República Portuguesa isentará o Kreditanstalt für Wiederaufbau de todos os impostos e demais encargos fiscais a que possa estar sujeito em Portugal em relação à celebração e execução dos contratos mencionados no artigo 2.

### Artigo 4

O Governo da República Portuguesa, no que diz respeito ao transporte de pessoas e bens, por via terrestre, marítima e aérea, decorrente da concessão dos empréstimos, deixará ao livre critério dos passageiros e fornecedores a escolha das empresas de transporte, não tomará quaisquer medidas que excluam ou dificultem a participação, com igualdade de direitos, das empresas de transporte com sede na parte alemã da área de vigência do presente Acordo e outorgará, se for caso disso, as autorizações necessárias para a participação das mesmas.

### Artigo 5

Para os fornecimentos e serviços relativos a projectos financiados pelos empréstimos, deverão ser abertos concursos públicos internacionais, salvo quando, em caso especial, estiver diversamente disposto.

### Artigo 6

O Governo da República Federal da Alemanha atribui especial importância a que, nos fornecimentos e serviços resultantes da concessão dos empréstimos, sejam, de preferência, utilizadas as possibilidades económicas do *Land* de Berlim.

### Artigo 7

Com excepção das disposições do artigo 4 relativas ao transporte aéreo, o presente Acordo aplicar-se-á também ao *Land* de Berlim, desde que o Governo da República Federal da Alemanha não apresente ao Governo da República Portuguesa uma declaração em contrário, dentro de três meses após a entrada em vigor do presente Acordo.

### Artigo 8

O presente Acordo entrará em vigor na data da sua assinatura.

Feito em Lisboa, aos 4 de Fevereiro de 1983, em 2 originais, nas línguas portuguesa e alemã, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pelo Governo da República Portuguesa:

*João Salgueiro.*

Pelo Governo da República Federal da Alemanha:

*Werner Schattman.*

## Abkommen zwischen der Regierung der Bundesrepublik Deutschland und der Regierung der Portugiesischen Republik über Finanzielle Zusammenarbeit.

Die Regierung der Bundesrepublik Deutschland und die Regierung der Portugiesischen Republik, im Geiste der bestehenden freundschaftlichen Beziehungen zwischen der Bundesrepublik Deutschland und der Portugiesischen Republik, in dem Wunsche, diese freundschaftlichen Beziehungen durch partnerschaftliche Finanzielle Zusammenarbeit zu festigen und zu vertiefen, im Bewußtsein, daß die Aufrechterhaltung dieser Beziehungen die Grundlage dieses Abkommens ist, in der Absicht, zur sozialen und wirtschaftlichen Entwicklung in der Portugiesischen Republik beizutragen, sind wie folgt übereingekommen:

### Artikel 1

1 — Die Regierung der Bundesrepublik Deutschland ermöglicht es der Regierung der Portugiesischen Republik und/oder anderen von beiden Regierungen gemeinsam auszuwählenden Darlehensnehmern, von der Kreditanstalt für Wiederaufbau, Frankfurt am Main, Darlehen bis zu einem Gesamtbetrag von 100 Mio DM (in Worten: einhundert Millionen Deutsche Mark) aufzunehmen.

2 — Die Darlehen dienen der Finanzierung folgender Vorhaben, wenn nach Prüfung deren Förderungswürdigkeit festgestellt worden ist:

- a) Bis zu 40 000 000 DM (vierzig Millionen Deutsche Mark) zur Finanzierung des weiteren Ausbaus des Hochwasserschutzes und Bewässerungsvorhabens am Rio Mondego;
- b) Bis zu 27 000 000 DM (siebenundzwanzig Millionen Deutsche Mark) zur Finanzierung kommunaler Infrastrukturmaßnahmen über die Caixa Geral de Depósitos;
- c) Bis zu 15 000 000 DM (fünfzehn Millionen Deutsche Mark) zur Finanzierung des weiteren Ausbaus des Fischereihafens Figueira da Foz;
- d) Bis zu 15 000 000 DM (fünfzehn Millionen Deutsche Mark) zur Finanzierung des Trinkwasserversorgungssystems in der Ostalgarve;
- e) Bis zu 3 000 000 DM (drei Millionen Deutsche Mark) zur Finanzierung von Feasibility-Studien.

3 — Die in Absatz 2 bezeichneten Vorhaben können im Einvernehmen zwischen der Regierung der Bundesrepublik Deutschland und der Regierung der Portugiesischen Republik durch andere Vorhaben ersetzt werden.

### Artikel 2

1 — Die Verwendung der in Artikel 1 genannten Darlehen sowie die Bedingungen, zu denen sie zur Verfügung gestellt werden, bestimmen die zwischen der Kreditanstalt für Wiederaufbau und den Empfängern der Darlehen zu schließenden Verträge, die den in der Bundesrepublik Deutschland geltenden Rechtsvorschriften unterliegen.

2 — Die Regierung der Portugiesischen Republik, soweit sie nicht selbst Darlehensnehmerin ist, wird gegenüber der Kreditanstalt für Wiederaufbau alle Zahlungen in deutscher Mark in Erfüllung von Verbindlichkeiten der Darlehensnehmer aufgrund der nach Absatz 1 zu schließenden Verträge garantieren.

## Artikel 3

Die Regierung der Portugiesischen Republik stellt die Kreditanstalt für Wiederaufbau von sämtlichen Steuern und sonstigen öffentlichen Abgaben frei, die im Zusammenhang mit Abschluß und Durchführung der in Artikel 2 erwähnten Verträge in Portugal erhoben werden.

## Artikel 4

Die Regierung der Portugiesischen Republik überläßt bei den sich aus der Darlehensgewährung ergebenden Transporten von Personen und Gütern im Land-, See- und Luftverkehr den Passagieren und Lieferanten die freie Wahl der Verkehrsunternehmen, Lieferanten die freie Wahl der Verkehrsunternehmen, trifft keine Maßnahmen, welche die gleichberechtigte Beteiligung der Verkehrsunternehmen mit Sitz in dem deutschen Geltungsbereich dieses Abkommens ausschließen oder erschweren und erteilt gegebenenfalls die für eine Beteiligung dieser Verkehrsunternehmen erforderlichen Genehmigungen.

## Artikel 5

Lieferungen und Leistungen, die aus den Darlehen finanziert werden, sind international öffentlich auszuschreiben, soweit nicht im Einzelfall etwas abweichendes festgelegt wird.

## Artikel 6

Die Regierung der Bundesrepublik Deutschland legt besonderen Wert darauf, daß bei den sich aus der Darlehensgewährung ergebenden Lieferungen und Leistungen die wirtschaftlichen Möglichkeiten des Landes Berlin bevorzugt genutzt werden.

## Artikel 7

Mit Ausnahme des Artikels 4 hinsichtlich des Luftverkehrs gilt dieses Abkommen auch für das Land Berlin, sofern nicht die Regierung der Bundesrepublik Deutschland gegenüber der Regierung der Portugiesischen Republik innerhalb von drei Monaten nach Inkrafttreten des Abkommens eine gegenteilige Erklärung abgibt.

## Artikel 8

Dieses Abkommen tritt am Tage seiner Unterzeichnung in Kraft.

Geschehen zu Lissabon am 4. Februar 1983 in zwei Urschriften, jede in deutscher und portugiesischer Sprache, wobei jeder Wortlaut gleichermaßen verbindlich ist.

Für die Regierung der Bundesrepublik Deutschland:

*Werner Schattman.*

Für die Regierung der Portugiesischen Republik:

*João Salgueiro.*

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E PISCAS

SECRETARIAS DE ESTADO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E DO COMÉRCIO

### Despacho Normativo n.º 71/83

A imperiosa necessidade de incrementar a cultura do milho-grão, tendo como objectivos essenciais diminuir as vultosas importações e alcançar níveis de produtividade que nos aproximem dos obtidos nos países agricolamente mais evoluídos, levou o Governo a promover em 1982 as acções seguintes:

- Fixação antecipada dos preços de garantia de aquisição do produto e melhoria das condições de recepção através da EPAC;
- Fomento da utilização de sementes de milho híbrido, através da concessão de um subsídio de 40\$/kg;
- Concessão de um subsídio, a fundo perdido, para a construção de espigueiros, de cerca de 30 % do respectivo custo;
- Atribuição de prémios de produtividade, por freguesia, aos melhores campos de milho;
- Ampla divulgação das normas culturais.

Os resultados obtidos com estas medidas, nomeadamente nas regiões tradicionalmente produtoras, foram extremamente encorajadores, não só pela elevada adesão verificada por parte dos agricultores como pelos altos níveis de produtividade que foi possível alcançar e que confirmaram as reais potencialidades de produção existentes, desde que sejam utilizadas as normas culturais adequadas.

Consequentemente, vai o Governo continuar em 1983 a impulsionar um conjunto de acções em tudo semelhantes, sendo de esperar, consoante os elementos de informação existentes, uma ainda maior adesão por parte dos produtores.

Inserido nessas acções, torna-se necessário fixar, desde já, os preços de garantia do milho-grão em 1983, pelo que, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 70/78, de 7 de Abril, se determina o seguinte:

#### I

#### Milho

1 — Os preços de aquisição do milho da produção a praticar pela Empresa Pública de Abastecimento de Cereais — EPAC na campanha de 1983 são fixados em 19\$50/kg para os milhos brancos e 20\$/kg para os milhos amarelos e aplicam-se ao cereal que se apresenta são, isento de cheiros estranhos e de depredadores vivos, com coloração própria e mais as seguintes características para a qualidade tipo:

- Teor de humidade — 14 %;
- Teores máximos em elementos não considerados cereal base de qualidade irrepreensível — 8 %;
- Grãos partidos — 4 %;
- Grãos germinados — 2,5 %;
- Impurezas:

- 1) Constituídas por grãos — 4 %;
- 2) Outras — 1 %.

2 — As tolerâncias para a qualidade mínima são as seguintes:

- Teor de humidade — 16 %;
- Teor máximo em elementos não considerados cereal base de qualidade irrepreensível — 20 %;
- Grãos partidos — 10 %;
- Grãos germinados — 8 %;
- Impurezas:

- 1) Constituídas por grãos — 8 % (a);
- 2) Outras — 3 %.

3 — Entende-se por:

3.1 — Grãos partidos — os fragmentos de grão de milho que passam através de um peneiro de orifícios circulares de 4,5 mm de diâmetro (NP-1591);

3.2 — Grãos germinados — os grãos em que se vê nitidamente, a olho nu, a radícula ou plúmula;

3.3 — Impurezas constituídas por grãos — grãos de outros cereais e os grãos danificados:

Grãos danificados — os grãos ou fracções do grão que se apresentem alterados pelo calor ou condições atmosféricas ou fermentados ou atacados por depredadores;

3.4 — Outras impurezas — as substâncias estranhas ao cereal em grão.

4 — O cálculo de todas as percentagens é baseado no peso.

5 — Quando o cereal apresentar um teor de humidade entre 14 % e 16 % terá a depreciação correspondente à percentagem que excede os 14 %. Se o cereal tiver um teor de humidade inferior a 14 % e até 10 % terá uma bonificação correspondente à percentagem abaixo dos 14 %.

6 — Quando a percentagem de grãos partidos ou germinados ou de impurezas constituídas por grãos exceda os limites propostos para a qualidade tipo, aplica-se, em qualquer dos casos, ao preço de intervenção a depreciação de 0,5 % por cada 1 % excedente.

7 — Quando a percentagem de outras impurezas, ou seja, as não constituídas por grãos, exceda os teores estabelecidos para a qualidade tipo, descontar-se-á no preço de intervenção do cereal a percentagem equivalente ao excedente verificado.

8 — O milho cujas características excedam os limites fixados para a qualidade mínima poderá ser recebido pela EPAC segundo condições a estabelecer.

9 — Os preços de garantia referidos no n.º 1 deste despacho serão acrescidos de uma majoração de preço, a praticar de 1 de Dezembro de 1983 a 30 de Junho de 1984, no montante de 250\$ por tonelada e por mês.

(a) São tolerados até 3 % de grãos alterados pelo calor.

## II

### Sorgo

10 — A Empresa Pública de Abastecimento de Cereais — EPAC adquirirá ao preço de 17\$50/kg o sorgo de produção nacional da campanha de 1983 que se encontre são, isento de cheiros estranhos e de depredadores vivos, com coloração própria e mais as seguintes características:

- Humidade — máximo 14 %;
- Peso específico — mínimo 71 kg/hl;
- Grãos danificados (total) — máximo 5 %;
- Grãos danificados pelo calor — máximo 0,5 %;
- Grãos partidos e impurezas — máximo 8 %.

11 — Entende-se por:

11.1 — Grãos danificados — os grãos ou fragmentos do grão de sorgo que se apresentem alterados pelo calor, germinados, fermentados, engelhados ou atacados por depredadores;

11.2 — Grãos danificados pelo calor — os grãos e fragmentos de grão de sorgo que se encontrem danificados devido a aquecimento;

11.3 — Grãos partidos — os fragmentos de grão que, pelas suas dimensões, passem através de peneiro de orifícios triangulares equiláteros inscritos em círculos com 1,98 mm de diâmetro;

11.4 — Impurezas — todas as substâncias estranhas ao grão de sorgo.

12 — O cálculo de todas as percentagens é baseado no peso.

13 — Quando o teor de humidade for superior a 14 % e até 16 %, o cereal sofrerá a depreciação correspondente à percentagem que exceda os 14 %.

14 — Se o sorgo apresentar um teor de humidade inferior a 14 % e até 10 %, terá uma valorização equivalente à percentagem abaixo dos 14 %.

15 — O sorgo cujas características sejam de qualidade inferior aos valores indicados no n.º 10 poderá ser recebido pela Empresa Pública de Abastecimento de Cereais — EPAC segundo condições a estabelecer.

## III

### Disposições gerais

16 — Por aviso à lavoura, a Empresa Pública de Abastecimento de Cereais — EPAC, informará oportunamente as condições de entrega dos cereais nos seus silos, celeiros ou armazéns, assim como as datas da sua abertura e encerramento.

17 — A Empresa Pública de Abastecimento de Cereais — EPAC só receberá cereal quando as entregas se processem através dos produtores possuidores do respectivo cartão de produtor, passado por esta Empresa.

Secretarias de Estado da Produção Agrícola e do Comércio, 3 de Março de 1983. — O Secretário de Estado da Produção Agrícola, *José Vicente Carvalho Cardoso*. — O Secretário de Estado do Comércio, *António Escaja Gonçalves*.